

Movimento sindical denuncia manobra para desfigurar PEC do fim da escala 6x1



O debate sobre o fim da escala de trabalho 6x1 (em que o trabalhador atua seis dias para descansar apenas um) ganhou novo impulso no Congresso Nacional após a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovar a admissibilidade de propostas de emenda à constituição (PECs) que reduzem a jornada de trabalho no país.

O governo Lula e o movimento sindical dos trabalhadores defendem a redução da jornada sem a redução salarial. Segundo pesquisa Datafolha, 71% dos brasileiros apoiam a proposta. “Parlamentares do Partido Liberal (PL), o partido do pré-candidato a presidente Flavio Bolsonaro, são contra a proposta, mas, em ano eleitoral, se sentem pressionados pela opinião pública. Por isso, querem empurrar a votação para depois das eleições”, explicou o secretário de Relações do Trabalho da Contraf-CUT, Jeferson Meira (Jefão).

Jefão, responsável da Contraf-CUT pelo acompanhamento da tramitação no Congresso Nacional das pautas de interesse dos trabalhadores, diz que os parlamentares do Partido Liberal defendem apenas os interesses dos empresários. “Por isso, preferem colocar em tramitação a PEC, pois a tramitação é mais lenta e o governo não pode vetar alterações feitas pelo Congresso. Mas os deputados da direita querem mudar os projetos originais da proposta do deputado Reginaldo Lopes (PT-MG) e da proposta da deputada Erika Hilton (Psol-SP), para impor prejuízos aos trabalhadores, como a redução de salários, diminuição gradual da jornada e exigir compensações do governo para as empresas. Na prática, estes parlamentares de direita não querem a mudança. No entanto, em ano eleitoral, precisam disfarçar que não se importam com os trabalhadores e o que querem mesmo é defender somente os empresários”, completou.

A PEC agora segue para uma comissão especial, onde será discutido o mérito das mudanças, incluindo o limite de horas semanais e o modelo de transição. Entre os textos em análise, há iniciativas que preveem a redução da jornada de 44 para até 36 horas semanais e a adoção de escalas com mais dias de descanso.

Jefão observa que uma alternativa à PEC é o Projeto de Lei nº 1838/2026, que o governo federal encaminhou ao Congresso com pedido de tramitação em caráter urgência. Neste caso, se a proposta não for votada em 45 dias passa a bloquear a pauta da Câmara. A proposta do governo Lula é de redução da jornada para 40 horas semanais, com garantia de dois dias de descanso remunerado, sem redução salarial, ponto considerado central pelas entidades sindicais.